

## **Aula 09**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

19 de Junho de 2025

## Índice

1) Simulado - Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - ME .....	3
2) Simulado - Direitos Sociais - ME .....	16
3) Simulado - Nacionalidade - ME .....	28



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas.....	1
Gabarito/Questões Comentadas .....	4
Referências Bibliográficas .....	13

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

**Direitos e Deveres Individuais e Coletivos**

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

### 1) Considerando a classificação dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

I - Enquanto os direitos de primeira geração realçam o princípio da liberdade, os direitos de segunda geração acentuam o princípio da igualdade.

II - Os direitos fundamentais de defesa impõem ao Estado um dever de abstenção em relação à liberdade, à intimidade e à propriedade do cidadão, permitindo-se a intervenção estatal apenas em situações excepcionais, nas quais haja, ainda, o pleno atendimento dos requisitos previamente estabelecidos nas normas.

III - Os direitos culturais são considerados direitos de segunda geração.

IV - Os direitos fundamentais de primeira geração são titularizados pelos indivíduos em oposição ao Estado, sendo eles, entre outros, o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

**Estão corretos somente os itens:**

a) I e II

b) I e III.

c) I, III e IV.



d) II, III e IV.

e) Todos os itens estão corretos.

**2) A Constituição Federal prevê diversos direitos e deveres individuais e coletivos. Tendo este tema como referência, assinale a alternativa correta:**

a) O limite constitucional à livre manifestação do pensamento veda que denúncias anônimas sejam utilizadas como único fundamento para início da atividade punitiva estatal.

b) O direito de indenização por dano material, moral ou à imagem só poderá ser exercido após o prévio exercício do direito de resposta, vez que este é condição *sine qua non* para aquele.

c) A Constituição autoriza o ingresso em qualquer horário na casa do indivíduo em decorrência de ordem judicial, mesmo sem o consentimento do morador.

d) Inexistindo lei que estipule qualificações para o exercício de uma dada profissão, seu exercício é vedado a qualquer pessoa.

e) O sigilo da fonte resguardado ao exercício profissional dos jornalistas não é compatível com a vedação ao anonimato, sendo obrigatória a divulgação da origem sob pena de se configurarem crimes de difamação, calúnia e/ou injúria.

**3) Analise a questão à luz da Constituição Federal e assinale a alternativa correta:**

a) A voz de um narrador de atividades desportivas não faz jus à proteção de direito autoral concedida pela Constituição Federal, uma vez que são classificadas como atividades com fins socioeducacionais de abrangência pública.

b) A marca e o nome de uma empresa são exemplos de propriedade industrial que gozam de proteção permanente do direito de utilização pelo proprietário, sendo, inclusive, transmissível aos herdeiros após a morte do seu titular.

c) Joseph, que é estrangeiro, residia no Estado de Minas Gerais e faleceu deixando considerável herança para seu filho Joaquim, que é brasileiro. Neste caso, a sucessão de bens aplicará a lei mais favorável para Joaquim.

d) O princípio da inafastabilidade de jurisdição propugna que apenas os três Poderes, e não o Ministério Público, podem decidir de forma definitiva, fazendo coisa julgada material.

e) Maria é autora de diversos livros e detém direito exclusivo de utilizar seus direitos autorais por tempo determinado, uma vez que o direito a eles relacionado só se torna permanente caso transferido aos herdeiros.



**4) No tocante aos remédios previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que**

- a) somente quem sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, pode impetrar *habeas corpus*.
- b) na ação popular, busca-se proteger não apenas valores econômico-financeiros, mas também valores não econômicos.
- c) a medida judicial adequada para se suprir omissão regulamentadora que torne inviável o exercício de liberdade constitucional é o mandado de segurança.
- d) o *habeas corpus*, o *habeas data* e o mandado de segurança dispensam o pagamento de custas.
- e) para ajuizamento do *habeas data*, é dispensada a negativa da obtenção dos dados pela via administrativa.

**5) Acerca das disposições constitucionais sobre tratados e convenções internacionais, analise os itens abaixo e assinale a alternativa que contém apenas itens incorretos.**

- I) A incorporação dos tratados internacionais ao ordenamento jurídico possui como condição mínima a aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.
  - II) Os tratados internacionais são celebrados pelo Poder Executivo e possuem status de lei ordinária, razão pela qual independem de apreciação do Congresso Nacional para sua incorporação no ordenamento.
  - III) Os tratados internacionais sobre direitos humanos só serão equivalentes às emendas constitucionais quando forem aprovados com o mesmo rito de votação destas.
  - IV) Os tratados internacionais sobre direitos humanos que venham a ser incorporados ao ordenamento jurídico sem aprovação mediante rito qualificado, previsto no artigo 5º, § 3º, da CF, possuirão hierarquia de norma supralegal.
- a) I, II e IV
  - b) II e IV.
  - c) I, II e III.
  - d) I e II.
  - e) III e IV.



## GABARITO

1. E	2. A	3. C	4. B	5. D
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

### 1) Considerando a classificação dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

I - Enquanto os direitos de primeira geração realçam o princípio da liberdade, os direitos de segunda geração acentuam o princípio da igualdade.

II - Os direitos fundamentais de defesa impõem ao Estado um dever de abstenção em relação à liberdade, à intimidade e à propriedade do cidadão, permitindo-se a intervenção estatal apenas em situações excepcionais, nas quais haja, ainda, o pleno atendimento dos requisitos previamente estabelecidos nas normas.

III - Os direitos culturais são considerados direitos de segunda geração.

IV - Os direitos fundamentais de primeira geração são titularizados pelos indivíduos em oposição ao Estado, sendo eles, entre outros, o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

#### Estão corretos somente os itens:

- a) I e II
- b) I e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) Todos os itens estão corretos.

#### Comentários

Item I - correto. Os direitos de primeira geração realçam o princípio da liberdade, com foco no homem individualmente considerado, consagrando direitos civis e políticos. Exemplos: direito à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de expressão, à participação política e religiosa.

Por sua vez, os direitos de segunda geração realçam o valor-fonte igualdade, consagrando direitos econômicos, sociais e culturais. Exemplos: direito à educação, à saúde, ao trabalho, à habitação, à previdência social, à assistência social.



Por fim, os direitos de terceira geração realçam o princípio da fraternidade (ou solidariedade), consagrando os direitos difusos e os coletivos. Exemplos: direito do consumidor, direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos etc.

Item II - correto. Os direitos fundamentais de defesa são os direitos de primeira geração, formada pelos direitos que caracterizam uma obrigação de não-fazer, um dever de abstenção estatal em relação aos indivíduos, já que diz respeito aos direitos que buscam restringir a ação do Estado sobre os indivíduos, a fim de livrá-los da ingerência abusiva estatal.

Item III - correto. Os direitos culturais são, de fato, considerados direitos de segunda geração. Esses direitos realçam o valor-fonte igualdade, consagrando direitos econômicos, sociais e culturais. Exemplos: direito à educação, à saúde, ao trabalho, à habitação, à previdência social, à assistência social.

Item IV - correto. De fato, os direitos fundamentais de primeira geração realçam o princípio da liberdade, com foco no homem individualmente considerado.

**Gabarito: Letra E.**

## **2) A Constituição Federal prevê diversos direitos e deveres individuais e coletivos. Tendo este tema como referência, assinale a alternativa correta:**

- a) O limite constitucional à livre manifestação do pensamento veda que denúncias anônimas sejam utilizadas como único fundamento para início da atividade punitiva estatal.
- b) O direito de indenização por dano material, moral ou à imagem só poderá ser exercido após o prévio exercício do direito de resposta, vez que este é condição *sine qua non* para aquele.
- c) A Constituição autoriza o ingresso em qualquer horário na casa do indivíduo em decorrência de ordem judicial, mesmo sem o consentimento do morador.
- d) Inexistindo lei que estipule qualificações para o exercício de uma dada profissão, seu exercício é vedado a qualquer pessoa.
- e) O sigilo da fonte resguardado ao exercício profissional dos jornalistas não é compatível com a vedação ao anonimato, sendo obrigatória a divulgação da origem sob pena de se configurarem crimes de difamação, calúnia e/ou injúria.

### **Comentários**

Letra A - correta. O artigo 5º, inciso IV, da CF/88 é expresso ao versar que a liberdade de expressão não comporta o anonimato, sendo tal vedação extensível até mesmo à perseguição criminal promovida pelo Estado.

*Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;*

O STF entende que as denúncias poderão servir de fundamento para que o Poder Público adote medidas para esclarecer alguns pontos, a fim de buscar elementos que possibilitem a instauração formal da perseguição penal sem que esta seja maculada por manifestações apócrifas. Isso significa que as



denúncias anônimas jamais poderão ser a causa única de exercício de atividade punitiva, sendo vedada a instauração de procedimento formal de investigação com base, unicamente, em uma denúncia anônima<sup>1</sup>.

Letra B - incorreta. O direito à indenização independe do direito a resposta ter sido, ou não, exercido, bem como de o dano caracterizar, ou não, infração penal. Não há que se falar em dependência entre eles, sendo que o texto constitucional, no artigo 5º, inciso V, se limita a dizer:

*Art. 5º, V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;*

Letra C - incorreta. No âmbito da inviolabilidade domiciliar (art. 5º, inciso XI), mediante ordem judicial e sem consentimento do morador, só é possível o ingresso na casa do indivíduo durante o dia (não em qualquer horário):

*Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial*

Letra D - incorreta. No âmbito da liberdade de atividade profissional (art. 5º, inciso XIII), inexistindo lei que estipule qualificações para o exercício de uma dada profissão, seu exercício é livre por parte de qualquer pessoa; existindo lei, a profissão só poderá ser exercida por aqueles que atenderem às qualificações nela previstas.

*Art. 5º, XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;*

Letra E - incorreta. A Constituição é bem direta ao garantir o sigilo da fonte no exercício profissional. Portanto, não há que se falar em responsabilização criminal pelo simples fato de a fonte jornalística não ser divulgada, o que torna a assertiva incorreta.

Caso alguém seja lesado pelas informações veiculadas, o jornalista que as divulgar poderá ser responsabilizado por eventuais danos, contudo isso não significa que ele será obrigado a revelar suas fontes nem que será responsabilizado pelo anonimato delas.

*Art. 5º, XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;*

**Gabarito: Letra A**

### 3) Analise a questão à luz da Constituição Federal e assinale a alternativa correta:

<sup>1</sup> STF, Inq 1957/ PR, Rel. Min. Carlos Velloso, Informativo STF nº 393.





a) A voz de um narrador de atividades desportivas não faz jus a proteção de direito autoral concedida pela Constituição Federal, uma vez que são classificadas como atividades com fins socioeducacionais de abrangência pública.

b) A marca e o nome de uma empresa são exemplos de propriedade industrial que gozam de proteção permanente do direito de utilização pelo proprietário, sendo, inclusive, transmissível aos herdeiros após a morte do seu titular.

c) Joseph, que é estrangeiro, residia no Estado de Minas Gerais e faleceu deixando considerável herança para seu filho Joaquim, que é brasileiro. Neste caso, a sucessão de bens aplicará a lei mais favorável para Joaquim.

d) O princípio da inafastabilidade de jurisdição propugna que apenas os três Poderes, e não o Ministério Público, podem decidir de forma definitiva, fazendo coisa julgada material.

e) Maria é autora de diversos livros e detém direito exclusivo de utilizar seus direitos autorais por tempo determinado, uma vez que o direito a eles relacionado só se torna permanente caso transferido aos herdeiros.

### Comentários

Letra A - incorreta. Conforme o art. 5º, inciso XXVIII, da CF/88, os narradores de atividades desportivas estão abrangidos na proteção de direito autoral da Constituição Federal, uma vez que há proteção às participações individuais em obras coletivas, sejam elas atividades desportivas ou não.

Veja a literalidade do inciso XXVIII do art. 5º da CF/88:

*Art. 5º, XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:*

*a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;*

*b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;*

Letra B - incorreta. O art. 5º, inciso XXIX, da CF prevê o direito de proteção à propriedade industrial e o distingue do direito autoral comum, conforme os incisos XXVII e XXVIII do art. 5º da CF/88.

O direito autoral é permanente para o autor e admite transmissão para seus herdeiros, contudo, após a morte do autor, os herdeiros farão jus a propriedade autoral de forma temporária.

*Art. 5º, XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;*

O direito da propriedade industrial é sempre temporário, possuindo prazo em lei para sua utilização e proteção.



Desta forma, note que a assertiva está incorreta ao afirmar que a propriedade industrial goza de proteção permanente, uma vez que está misturando conceitos de direito autoral e direito à propriedade industrial, que são distintos.

Por fim, vale lembrar que a marca e o nome empresarial são, sim, exemplos de propriedade industrial protegidas pelo texto constitucional. Veja:

*Art. 5º, XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;*

Letra C - correta. A assertiva está em consonância com o art. 5º, inciso XXXI, da CF/88, uma vez que a regra geral determina a aplicação da lei brasileira na sucessão de bens e, ainda no mesmo inciso, faz exceção à possibilidade de aplicação da lei pessoal do *de cujus* caso esta seja mais favorável aos herdeiros.

Desta forma, é correto afirmar que na escolha entre a lei brasileira e a pessoal do *de cujus*, aplica-se sempre a mais favorável.

*Art. 5º, XXX - é garantido o direito de herança;*

*XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";*

Letra D - incorreta. O princípio da inafastabilidade de jurisdição propugna que apenas o Poder Judiciário (não os três Poderes) pode decidir de forma definitiva, fazendo coisa julgada material.

Letra E - incorreta. Houve inversão do previsto no art. 5º, inciso XXVII, da CF/88.

Na verdade, Maria possuirá o direito autoral permanentemente durante toda a sua vida, sendo que apenas com a sua morte e com a transmissão da propriedade autoral para os herdeiros é que esse direito passará a ter prazo certo de duração, classificando-se, portanto, como temporário para os herdeiros.

*Art. 5º, XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;*

**Gabarito: Letra C**

#### **4) No tocante aos remédios previstos na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que**

a) somente quem sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, pode impetrar *habeas corpus*.

b) na ação popular, busca-se proteger não apenas valores econômico-financeiros, mas também valores não econômicos.



c) a medida judicial adequada para se suprir omissão regulamentadora que torne inviável o exercício de liberdade constitucional é o mandado de segurança.

d) o *habeas corpus*, o *habeas data* e o mandado de segurança dispensam o pagamento de custas.

e) para ajuizamento do *habeas data*, é dispensada a negativa da obtenção dos dados pela via administrativa.

## Comentários

Letra A - incorreta. Não há tal restrição no art. 5º, inciso LXVIII, que, sem limitar a legitimidade ativa, fala que o *habeas corpus* será concedido **sempre** que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Pode, portanto, ser impetrado também por terceiro em favor de outrem, sendo dispensada até mesmo a apresentação de procuração.

*Art. 5º, LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;*

Letra B - correta. No âmbito da ação popular (art. 5º, inciso LXXIII), busca-se proteger de fato não apenas valores econômico-financeiros, mas também valores não econômicos – moralidade, meio ambiente e patrimônio histórico e cultural.

*Art. 5º, LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;*

Letra C - incorreta. Conforme o art. 5º, inciso LXXI, da CF/88, quando for inviável exercer liberdade prevista na Constituição Federal em virtude de inexistência de norma regulamentadora, a medida apta a sanar essa omissão é o mandado de injunção, e não o mandado de segurança.

*Art. 5º, LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.*

Letra D - incorreta. Conforme o art. 5º, inciso LXXVII, da CF/88, somente o *habeas corpus* e o *habeas data* são isentos de custas. Por serem as custas espécies tributárias (mais especificamente taxas), lei infraconstitucional dos Estados, no caso da Justiça estadual, ou da União, nos demais casos, até poderia prever isenção em relação ao MS, mas geralmente não o faz.

*Art. 5º, LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.*

Letra E - incorreta. O acesso ao *habeas data* pressupõe, dentre outras condições de admissibilidade, a existência do interesse de agir, consubstanciado na resistência ao fornecimento das informações ou à retificação dos dados pertinentes. O art. 5º, inciso LXXII, da CF/88, trata da concessão do *habeas data*:



*Art. 5º, LXXII - conceder-se-á habeas data:*

*a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;*

*b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;*

### **Gabarito: Letra B**

### **5) Acerca das disposições constitucionais sobre tratados e convenções internacionais, analise os itens abaixo e assinale a alternativa que contém apenas itens incorretos.**

I) A incorporação dos tratados internacionais ao ordenamento jurídico possui como condição mínima a aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.

II) Os tratados internacionais são celebrados pelo Poder Executivo e possuem status de lei ordinária, razão pela qual independem de apreciação do Congresso Nacional para sua incorporação no ordenamento.

III) Os tratados internacionais sobre direitos humanos só serão equivalentes às emendas constitucionais quando forem aprovados com o mesmo rito de votação destas.

IV) Os tratados internacionais sobre direitos humanos que venham a ser incorporados ao ordenamento jurídico sem aprovação mediante rito qualificado, previsto no artigo 5º, § 3º, da CF, possuirão hierarquia de norma supralegal.

a) I, II e IV

b) II e IV.

c) I, II e III.

d) I e II.

e) III e IV.

### **Comentários**

Itens I e II - incorretos. Incorporação dos tratados internacionais ao ordenamento jurídico não depende do rito mencionado pelos itens. De fato, sempre será exigida a aprovação do Congresso Nacional mediante decreto legislativo, sendo que, em seguida, será editado um decreto presidencial que o incorporará ao ordenamento jurídico.

O primeiro item tentou confundir o aluno, colocando a hipótese em que os tratados internacionais sobre direitos humanos serão incorporados com força de emenda constitucional. Contudo, é importante que



voce note que este procedimento se restringe aos tratados sobre direitos humanos, sendo, portanto, inaplicável aos tratados internacionais em geral.

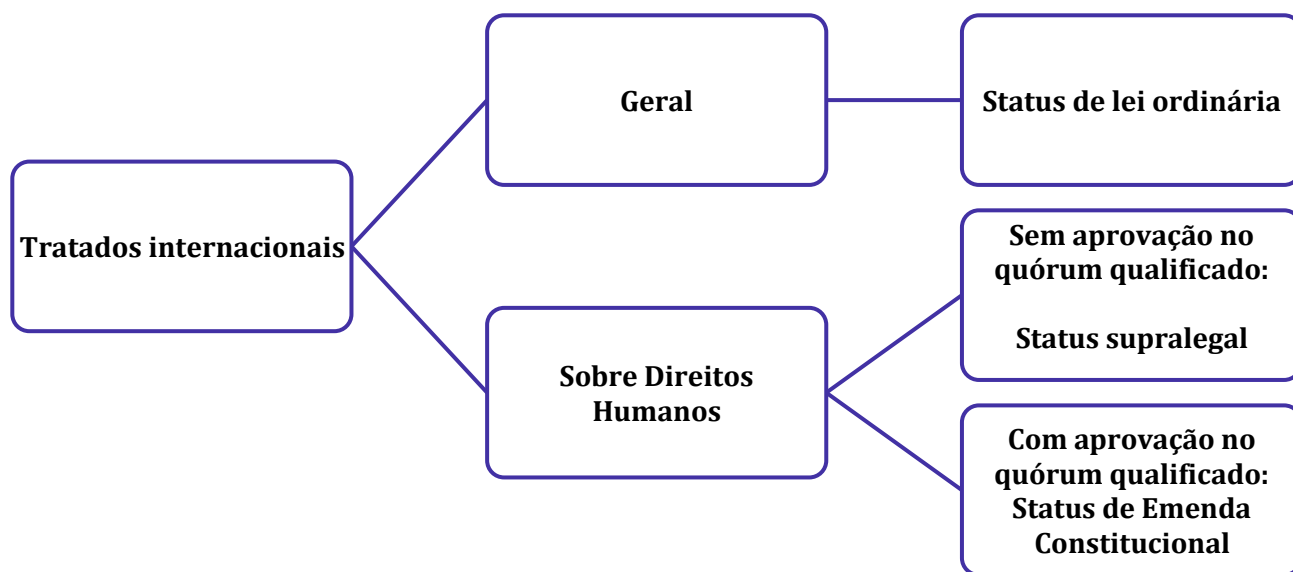
Quanto ao segundo item, é importante esclarecer que os tratados internacionais em geral são incorporados com status de lei ordinária. Contudo, há exceções como os tratados que versem sobre direitos humanos, que serão incorporados, se submetidos à aprovação do Congresso em dois turnos por 3/5 dos votos, em patamar de equivalência com as emendas constitucionais.

Item III - correto. De acordo com o artigo 5º, § 3º, da CF/88, os tratados internacionais sobre direitos humanos poderão ser submetidos a um quórum qualificado de votação por dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, com três quintos dos votos dos respectivos membros, ocasião em que serão equivalentes às emendas constitucionais.

*Art. 5º, § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais*

Perceba que tal equivalência se deve ao fato que o quórum é justamente o utilizado no rito próprio das emendas constitucionais, tal como apontado pelo item e previsto no artigo 60, § 2º, da CF/88.

Item IV - correto. Os tratados internacionais poderão ser incorporados ao ordenamento com três status diferentes, a depender do seu tipo e procedimento de aprovação. Veja o esquema abaixo:



Uma vez que o item afirma que o tratado versa sobre direitos humanos, mas foi incorporado sem atender ao rito qualificado das emendas constitucionais, mostra-se correta a sua classificação como norma de hierarquia supralegal.

**Gabarito: Letra D.**

...



Forte abraço!

## Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas.....	1
Gabarito/Questões Comentadas .....	4
Referências Bibliográficas .....	12

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Direitos Sociais

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) A Constituição Federal de 1988 prevê como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. No tocante ao direito ao trabalho, a CF/88 estabelece que:**

- a) é assegurada a proteção do salário na forma da lei, constituindo infração administrativa sua retenção dolosa.
- b) é possível a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração do trabalhador.
- c) o seguro desemprego é devido em caso de desemprego involuntário.
- d) pessoas a partir de doze anos podem trabalhar na condição de aprendiz.
- e) as empregadas gestantes possuem direito a licença, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

**2) A Constituição Federal proíbe, em regra, o trabalho infantil, estabelecendo idades mínimas para o exercício de certos tipos de atividade. Assim, as idades mínimas para trabalhar em horário noturno, em atividade perigosa ou insalubre são, respectivamente:**





- a) 16, 16 e 16 anos de idade.
- b) 14, 16 e 18 anos de idade.
- c) 14, 16 e 16 anos de idade.
- d) 18, 16 e 18 anos de idade.
- e) 18, 18 e 18 anos de idade.

### 3) Sobre os direitos sociais, assinale a opção correta.

- a) É possível a redução da jornada de trabalho, porém o aumento da referida jornada é vedado de forma absoluta pela Constituição.
- b) A Constituição Federal de 1988 determina que as remunerações do trabalho noturno e do serviço extraordinário sejam superiores em, pelo menos, 50% à do trabalho normal.
- c) A Constituição proíbe o exercício do direito de greve em casos de serviços ou atividades essenciais.
- d) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei, são direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos estendidos aos empregados domésticos.
- e) A Constituição Federal de 1988 prevê a proteção da mulher quanto ao mercado de trabalho, mediante incentivos específicos, sendo também assegurada assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

### 4) Sobre os direitos sociais, assinale a opção incorreta.

- a) A irredutibilidade salarial é constitucionalmente garantida, sendo nula qualquer previsão nesse sentido estabelecida em convenção ou acordo coletivo.
- b) O salário-família, pago em virtude dos dependentes, é um direito social garantido constitucionalmente somente ao trabalhador de baixa renda.
- c) O direito de greve não é absoluto, cabendo à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- d) A Constituição Federal de 1988 autoriza o trabalho noturno, perigoso ou insalubre somente a maiores de dezoito e o trabalho na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.
- e) O trabalhador faz jus a seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, o qual também será obrigado a indenizar quando o dano causado pelo acidente for resultado de dolo ou culpa.



**5) Sobre a associação profissional ou sindical prevista na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:**

- a) a coexistência de mais de um sindicato da mesma categoria profissional na mesma base territorial depende de autorização do Ministério do Trabalho.
- b) os trabalhadores possuem sua participação assegurada em colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão, proteção esta que não se estende aos empregadores.
- c) nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação sindical na condição de suplente a partir da proclamação do resultado das eleições até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- e) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não a ser votado nas organizações sindicais.



## GABARITO

1. C	2. E	3. E	4. A	5. C
------	------	------	------	------

## QUESTÕES COMENTADAS

**1) A Constituição Federal de 1988 prevê como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. No tocante ao direito ao trabalho, a CF/88 estabelece que:**

- a) é assegurada a proteção do salário na forma da lei, constituindo infração administrativa sua retenção dolosa.
- b) é possível a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração do trabalhador.
- c) o seguro desemprego é devido em caso de desemprego involuntário.
- d) pessoas a partir de doze anos podem trabalhar na condição de aprendiz.
- e) as empregadas gestantes possuem direito a licença, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

### Comentários

Letra A - incorreta. Conforme o art. 7º, inciso X, da CF/88, a retenção salarial dolosa é crime, e não mera infração administrativa.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;*

*(...)*

Letra B - incorreta. Conforme o art. 7º, inciso XI, da CF/88, a participação nos lucros ou resultados é desvinculada da remuneração do trabalhador.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*



*XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;*

*(...)*

Letra C - correta. O seguro desemprego só o devido em caso de desemprego **involuntário**. Portanto, se o empregado pede demissão de seu emprego por livre e espontânea vontade, não possui direito ao seguro desemprego.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*Art. 7º, II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;*

Letra D - incorreta. Conforme o art. 7º, inciso XXXIII, da CF/88, o trabalho na condição de aprendiz é permitido apenas a partir de 14 anos de idade.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;*

Letra E - incorreta. Conforme o art. 7º, inciso XVII, da CF/88, a licença à gestante possui duração de 120 dias.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;*

*(...)*

**Gabarito: Letra C**

**2) A Constituição Federal proíbe, em regra, o trabalho infantil, estabelecendo idades mínimas para o exercício de certos tipos de atividade. Assim, as idades mínimas para trabalhar em horário noturno, em atividade perigosa ou insalubre são, respectivamente:**



- a) 16, 16 e 16 anos de idade.
- b) 14, 16 e 18 anos de idade.
- c) 14, 16 e 16 anos de idade.
- d) 18, 16 e 18 anos de idade.
- e) 18, 18 e 18 anos de idade.

### Comentários

Vejamos o teor do art. 7º, inciso XXXIII, da CF/1988:

*Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;*

Esse dispositivo da Constituição Federal estabelece, em síntese, que menores de 18 anos **não** podem trabalhar em horário noturno nem em condições insalubres ou perigosas.

Outrossim, o trabalho somente é permitido, em regra, a partir dos 16 anos de idade, sendo exceção o trabalho do menor aprendiz (a partir dos 14 anos de idade).

Portanto, as idades mínimas para trabalhar em horário noturno, em atividade perigosa ou insalubre são todas de 18 anos.

### Gabarito: Letra E

### 3) Sobre os direitos sociais, assinale a opção correta.

- a) É possível a redução da jornada de trabalho, porém o aumento da referida jornada é vedado de forma absoluta pela Constituição.
- b) A Constituição Federal de 1988 determina que as remunerações do trabalho noturno e do serviço extraordinário sejam superiores em, pelo menos, 50% à do trabalho normal.
- c) A Constituição proíbe o exercício do direito de greve em casos de serviços ou atividades essenciais.
- d) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei, são direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos estendidos aos empregados domésticos.



e) A Constituição Federal de 1988 prevê a proteção da mulher quanto ao mercado de trabalho, mediante incentivos específicos, sendo também assegurada assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

## Comentários

Letra A - incorreta. De fato, a CF/88 prevê possibilidade da redução da jornada de trabalho, faculdade que pode ser concretizada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, inciso XIII).

Porém, a CF/88 prevê a possibilidade excepcional de aumento da jornada do trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, desde que ocorra mediante negociação coletiva (art. 7º, inciso XIV).

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;*

*XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;*

Letra B - incorreta. Conforme o art. 7º, inciso IX, da CF/88, impõe-se apenas que a remuneração do trabalho noturno seja maior que a do diurno. O incremento mínimo de 50% é estabelecido apenas para a remuneração do serviço extraordinário em relação à do normal, conforme o art. 7º, inciso XVI, da CF/88.

*Art. 7º, IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;*

Letra C - incorreta. A Constituição Federal não proíbe o direito de greve em serviços ou atividades essenciais como afirma a assertiva. Na verdade, o art. 9º, § 1º, da CF/88 faz restrição apenas à necessidade de essas atividades terem seu direito de greve regulado em lei, que disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Veja:

*Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*

*§ 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade*

Letra D - incorreta. De acordo com o parágrafo único do art. 7º da CF, o inciso V (piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho) não é assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos.

*Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX,*



*XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.*

Letra E - correta. A proteção do mercado de trabalho da mulher está prevista no art. 7º, inciso XX, da CF/88.

*Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;*

A assistência gratuita aos filhos e dependentes, por sua vez, é garantida pelo art. 7º, inciso XXV, da CF/88:

*Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*(...)*

*XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas*

### **Gabarito: Letra E**

#### **4) Sobre os direitos sociais, assinale a opção incorreta.**

- a) A irredutibilidade salarial é constitucionalmente garantida, sendo nula qualquer previsão nesse sentido estabelecida em convenção ou acordo coletivo.
- b) O salário-família, pago em virtude dos dependentes, é um direito social garantido constitucionalmente somente ao trabalhador de baixa renda.
- c) O direito de greve não é absoluto, cabendo à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- d) A Constituição Federal de 1988 autoriza o trabalho noturno, perigoso ou insalubre somente a maiores de dezoito e o trabalho na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.
- e) O trabalhador faz jus a seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, o qual também será obrigado a indenizar quando o dano causado pelo acidente for resultado de dolo ou culpa.

### **Comentários**





Letra A - incorreta. Conforme o art. 7º, inciso VI, da CF/88, é possível a redução salarial por meio de convenção ou acordo coletivo. Portanto, a irredutibilidade salarial não é absoluta.

*Art. 7º, VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;*

Letra B - correta. Conforme o art. 7º, inciso XII, da CF/88, o salário família somente é devido ao trabalhador de baixa renda.

*Art. 7º, XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;*

Letra C - correta. O art. 9º, § 1º, da CF/88, limita o direito de greve em relação aos serviços ou atividades essenciais e ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Além disso, os abusos cometidos no exercício do direito de greve sujeitarão os responsáveis às penas da lei (CF, art. 9º, § 2º).

*Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*

*§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.*

*§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.*

Letra D - correta. Conforme o art. 7º, inciso XXXIII, da CF/88, a partir dos 16 anos, pode-se realizar qualquer trabalho que não seja noturno, perigoso ou insalubre. A partir dos 14, mas antes dos 16 anos, admite-se o trabalho somente na condição de aprendiz.

*Art. 7º, XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;*

Letra E - correta. Conforme o art. 7º, inciso XXVIII, da CF/88, o encargo do seguro contra acidentes de trabalho, por parte do empregador, não o exime de indenizar o empregado se configurado dolo ou culpa.

*Art. 7º, XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;*

### **Gabarito: Letra A**

### **5) Sobre a associação profissional ou sindical prevista na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:**

a) a coexistência de mais de um sindicato da mesma categoria profissional na mesma base territorial depende de autorização do Ministério do Trabalho.





b) os trabalhadores possuem sua participação assegurada em colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão, proteção esta que não se estende aos empregadores.

c) nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito para cargo de representação sindical na condição de suplente a partir da proclamação do resultado das eleições até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

e) o aposentado filiado tem direito a votar, mas não a ser votado nas organizações sindicais.

### Comentário

Letra A - incorreta. Não há qualquer previsão constitucional nesse sentido. Na CF/88, vigora o princípio da unicidade da organização sindical, previsto no art. 8º, inciso II, da CF, não sendo dado ao Ministério do Trabalho dispensar a observância de tal norma:

*Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*

*(...)*

*II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;*

Letra B - incorreta. Conforme o art. 10 da CF/88, a participação nos colegiados de órgãos públicos que promovem discussão ou deliberação é assegurada tanto aos trabalhadores como aos empregadores. Como a assertiva excluiu os empregadores, temos sua incorreção. Tome cuidado com essa literalidade!

*Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.*

Letra C - correta. Assertiva conforme previsão no art. 11 da CF/88.

*Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.*

Letra D - incorreta. O art. 8º, inciso VIII, da CF/88 prevê o seguinte:

*Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*

*(...)*



*VIII - e vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.*

Assim, o empregado sindicalizado terá estabilidade desde o registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, ainda que se trate de suplente, não podendo ser demitido até **1 ano** (e não apenas seis meses) após o final do mandato, se for eleito, exceto se o trabalhador cometer falta grave.

Letra E - incorreta. Segundo o art. 8º, inciso VII, da CF/88, o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

*Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*

*(...)*

*VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;*

**Gabarito: Letra C**

...

Forte abraço!

**Túlio Lages**



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



## SIMULADO

Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas .....	15

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Nacionalidade.

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

**1) Tainá, filha de japoneses, nasceu no Brasil quando seus pais estavam a serviço do governo japonês. Carla, filha de pais brasileiros, nasceu na Austrália, quando sua mãe estava neste país a serviço do governo brasileiro. Nestes casos,**

- (A) apenas Carla é brasileira nata.
- (B) apenas Tainá é brasileira nata.
- (C) nem Carla nem Tainá são brasileiras natas.
- (D) Carla e Tainá são brasileiras natas.
- (E) a Constituição Federal de 1988 não dispõe, de forma expressa, a respeito das regras de nacionalidade nas hipóteses apresentadas.

**2) Assinale a opção correta.**



- (A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (B) São privativos de brasileiros natos os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Ministro de Estado da Defesa.
- (C) Estrangeiros originários de países de língua portuguesa residentes no Brasil há pelo menos 1 (um) ano, de forma ininterrupta, possuem direito subjetivo à nacionalidade brasileira.
- (D) A aquisição de outra naturalização para permanecer em país estrangeiro com intuito de exercício profissional acarreta a perda da nacionalidade brasileira.
- (E) No sistema jurídico-constitucional pátrio, é cabível a aquisição da nacionalidade brasileira como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

**3) Considerando as disposições sobre nacionalidade, previstas na Constituição Federal, assinale a assertiva correta.**

- (A) Na aquisição de nacionalidade potestativa, a homologação da opção pela nacionalidade brasileira produz efeitos *ex nunc*, fazendo com que o indivíduo seja considerado brasileiro nato somente após a opção pela nacionalidade brasileira durante a maioridade.
- (B) É vedado o estabelecimento de distinções entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos em lei complementar.
- (C) Os estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa que residam no Brasil por 1 ano ininterrupto e possuam idoneidade moral poderão adquirir a nacionalidade brasileira por meio da naturalização extraordinária, que produzirá efeitos constitutivos a partir da data de sua concessão.
- (D) O português com residência permanente no Brasil adquire nacionalidade brasileira caso haja reciprocidade de tratamento para os brasileiros em Portugal.
- (E) Caso haja reciprocidade em Portugal, os portugueses que vivam com ânimo permanente no Brasil receberão tratamento idêntico ao de um brasileiro naturalizado, salvo quanto às limitações previstas no texto constitucional.

**4) Alyson, estudante norte-americana nascida em Chicago, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro em 2000 para morar com Inácio, com quem se casou. No início de 2017, Alyson adquiriu a nacionalidade brasileira, por ter cumprido os requisitos para tanto. Nesse caso, tratando-se de naturalização derivada, Alyson poderá ocupar o seguinte cargo público:**

- (A) Diplomata.
- (B) Presidente da Câmara dos Deputados.



- (C) Oficial das Forças Armadas.
- (D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Ministro de Estado da Defesa.

**5) Considere as seguintes situações hipotéticas:**

**I - George, norte-americano naturalizado brasileiro, com 35 anos de idade.**

**II - Ruth, brasileira nata, com 27 anos de idade.**

**III – Maria Clara, brasileira nata, com 30 anos de idade.**

**IV - Roberto, brasileiro naturalizado, com 45 anos de idade.**

**Conforme a Constituição Federal de 1988, se estiverem presentes os demais requisitos legais, poderão ocupar o cargo de Senador**

- (A) apenas Ruth, Maria Clara e Roberto.
- (B) George, Ruth, Maria Clara e Roberto.
- (C) apenas Maria Clara.
- (D) apenas George e Roberto.
- (E) apenas Roberto.

**6) Quanto à nacionalidade, analise as seguintes assertivas:**

**I - Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na legislação.**

**II - São privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa**

**III - São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacional.**

- a) Apenas a assertiva I está incorreta
- b) Apenas a assertiva II está incorreta
- c) Apenas a assertiva III está correta



d) Apenas a assertiva II esta correta.

e) Nenhuma assertiva está incorreta.

## GABARITO

1. A	2. A	3. E	4. D	5. D
6. A				

## QUESTÕES COMENTADAS

**1) Tainá, filha de japoneses, nasceu no Brasil quando seus pais estavam a serviço do governo japonês. Carla, filha de pais brasileiros, nasceu na Austrália, quando sua mãe estava neste país a serviço do governo brasileiro. Nestes casos,**

(A) apenas Carla é brasileira nata.

(B) apenas Tainá é brasileira nata.

(C) nem Carla nem Tainá são brasileiras natas.

(D) Carla e Tainá são brasileiras natas.

(E) a Constituição Federal de 1988 não dispõe, de forma expressa, a respeito das regras de nacionalidade nas hipóteses apresentadas.

### Comentários

O art. 12, inciso I, da CF/88, estabelece as situações e condições para um brasileiro ser considerado nato:

*Art. 12. São brasileiros:*

*I – natos:*

*a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;*

*b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;*



*c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.*

No caso da questão, **Tainá** não é filha de brasileiros e nasceu no Brasil quando seus pais estavam a serviço de outro país. Assim, não se trata de brasileira nata, pois não atende a nenhuma das condições do art. 12, inciso I, da CF/88.

Por outro lado, **Carla** é filha de brasileiros e sua mãe estava no exterior a serviço do governo brasileiro. Portanto, ela atende ao art. 12, inciso I, alínea b, da CF/88, sendo considerada brasileira nata de forma automática, independentemente de registro na repartição consular competente ou processo de manifestação de opção.

**Gabarito: Letra A**

## 2) Assinale a opção correta.

(A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

(B) São privativos de brasileiros natos os cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Ministro de Estado da Defesa.

(C) Estrangeiros originários de países de língua portuguesa residentes no Brasil há pelo menos 1 (um) ano, de forma ininterrupta, possuem direito subjetivo à nacionalidade brasileira.

(D) A aquisição de outra naturalização para permanecer em país estrangeiro com intuito de exercício profissional acarreta a perda da nacionalidade brasileira.

(E) No sistema jurídico-constitucional pátrio, é cabível a aquisição da nacionalidade brasileira como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.

## Comentários

Letra A - correta. Conforme o art. 12, inciso I, alínea c, da CF/88, se houver o registro na repartição brasileira competente, o nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira já será considerado brasileiro nato.

*Art. 12. São brasileiros:*

*I - natos:*

*(...)*





*c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;*

Caso não haja tal registro, aí o nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira poderá ser considerado brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Aqueles que nascerem no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer dos pais esteja a serviço do Estado brasileiro, são considerados brasileiros natos de forma automática.

Letra B - incorreta. Conforme o art. 12, § 3º, da CF/88, *a contrario sensu*, o cargo de Ministro do STJ não é privativo de brasileiro nato.

*Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*

*I - de Presidente e Vice-Presidente da República;*

*II - de Presidente da Câmara dos Deputados;*

*III - de Presidente do Senado Federal;*

*IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;*

*V - da carreira diplomática;*

*VI - de oficial das Forças Armadas.*

*VII - de Ministro de Estado da Defesa.*

Letra C - incorreta. A naturalização ordinária, no caso de estrangeiros originários de países de língua portuguesa, depende também de idoneidade moral, consoante o art. 12, inciso II, alínea a, da CF/88.

*Art. 12. São brasileiros:*

*II - naturalizados:*

*a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;*

*(...)*

Letra D - incorreta. A aquisição de outra nacionalidade não é mais, desde o advento da Emenda Constitucional 131/2023, uma das hipóteses de perda de nacionalidade elencadas no § 4º do artigo 12 da Constituição Federal:

*Art. 12, § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:*



*I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;*

*II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.*

Vale pontuar que, **mesmo anteriormente** à EC 131/2023, havia exceção à perda da nacionalidade brasileira por aquisição de outra nacionalidade nos casos de (i) reconhecimento de nacionalidade originária e (ii) imposição da naturalização, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência naquele território ou exercício de direitos civis. Como o exercício profissional é um direito civil, o brasileiro residente em Estado estrangeiro que efetivamente, por determinação legal daquele país, não pudesse trabalhar sem se naturalizar já poderia fazê-lo, sem perder a nacionalidade brasileira.

Letra E - incorreta. Conforme o art. 12, incisos I e II, da CF/88, não há previsão de aplicação do critério do *jus matrimoniale*, de modo que não se adquire a nacionalidade brasileira como efeito direto e imediato do casamento civil. Com efeito, o STF já proferiu entendimento nesse sentido (extradição 1.121, rel. min. Celso de Mello, j. 18-12-2009, P,DJE de 25/06/2010):

*Não se revela possível, em nosso sistema jurídico- constitucional, a aquisição da nacionalidade brasileira jure matrimonii, vale dizer, como efeito direto e imediato resultante do casamento civil.*

#### Gabarito: Letra A

### 3) Considerando as disposições sobre nacionalidade, previstas na Constituição Federal, assinale a assertiva correta.

(A) Na aquisição de nacionalidade potestativa, a homologação da opção pela nacionalidade brasileira produz efeitos *ex nunc*, fazendo com que o indivíduo seja considerado brasileiro nato somente após a opção pela nacionalidade brasileira durante a maioridade.

(B) É vedado o estabelecimento de distinções entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos em lei complementar.

(C) Os estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa que residam no Brasil por 1 ano ininterrupto e possuam idoneidade moral poderão adquirir a nacionalidade brasileira por meio na naturalização extraordinária, que produzirá efeitos constitutivos a partir da data de sua concessão.

(D) O português com residência permanente no Brasil adquire nacionalidade brasileira caso haja reciprocidade de tratamento para os brasileiros em Portugal.

(E) Caso haja reciprocidade em Portugal, os portugueses que vivam com ânimo permanente no Brasil receberão tratamento idêntico ao de um brasileiro naturalizado, salvo quanto às limitações previstas no texto constitucional.

#### Comentários



Letra A - incorreta. A doutrina denomina como nacionalidade potestativa a possibilidade prevista no artigo 12, inciso I, alínea c, da CF/88, que é aquela onde os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, venham a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira após a maioridade.

*Art. 12. São brasileiros:*

*I - natos:*

*(...)*

*c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;*

Neste caso, o indivíduo deverá manifestar sua vontade em juízo, sendo que o processo se dará na Justiça Federal e, ao final, se encerrará com a sentença de homologação da opção. Esta sentença produz efeitos *ex tunc* (retroativos), e não *ex nunc* (a partir do presente), como afirmado pela assertiva, o que torna a assertiva incorreta.

Segundo o STF, a homologação da opção pela nacionalidade brasileira produz efeitos *ex tunc*, retroagindo para que o indivíduo seja considerado brasileiro nato desde o seu nascimento.<sup>1</sup>

Letra B - incorreta. Cuidado com essas pegadinhas típicas. Apenas a Constituição Federal poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados, como faz em relação a certos cargos no art. 12, § 3º.

É incorreto afirmar que distinções como essa poderão ser veiculadas por meios infraconstitucionais. Trata-se, justamente, da cláusula de vedação a discriminação entre natos e naturalizados, prevista no art. 12, § 2º, da CF/88.

*Art. 12, § 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.*

Letra C - incorreta. O processo de naturalização é dividido em ordinário ou extraordinário, sendo estes previstos nas alíneas do art. 12, inciso II, da CF/88.

O processo ordinário corresponde ao rito previsto em lei, no caso a Lei 13.445/2017 (Lei de Migração), que fixa, entre outros critérios, o tempo mínimo de residência em quatro anos, constitucionalmente reduzido no caso dos estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa que residam no Brasil por 1 ano ininterrupto e possuam idoneidade moral. Por outro lado, o rito extraordinário está aberto para todos os estrangeiros, desde que residam no Brasil por 15 anos ininterruptos, não possuam condenação penal e requeiram a nacionalidade brasileira.

*Art. 12. São brasileiros: (...)*

<sup>1</sup> RE 916.043/RS. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgamento: 31.03.2017.



*II - naturalizados:*

*a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;*

*b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.*

Diante da explicação, é possível perceber que a assertiva inverteu os conceitos e isso já bastaria para torná-la incorreta, contudo, há mais um ponto que precisa ser esclarecido.

Existe um julgado do STF que aborda justamente essa questão dos efeitos gerados pela naturalização extraordinária. Nele a Corte entendeu que a concessão da naturalização extraordinária tem meramente efeitos declaratórios, uma vez que constitui ato vinculado do presidente, caso verificado o cumprimento dos requisitos.<sup>2</sup>

Deste modo, com a concessão teremos seus efeitos retroagindo à data de apresentação do pedido, diferentemente do afirmado na assertiva.

Letra D - incorreta. Não há que se falar em aquisição de nacionalidade brasileira em virtude reciprocidade em Portugal. O que existe no texto constitucional é apenas a equiparação dos portugueses, com residência permanente, aos brasileiros naturalizados, tal como dispõe o art. 12, § 1º, da CF/88.

*Art. 12, § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.*

Letra E - correta. Conforme o art. 12, § 1º, da CF/88, quando os portugueses optarem por residir permanentemente no Brasil, esses poderão gozar dos mesmos direitos dos brasileiros naturalizados. Contudo, esse benefício dependerá da reciprocidade e poderá ser restringido nos casos previstos na CF/88.

Perceba que não ocorre naturalização, mas mera equiparação de direitos e estes ainda se limitam ao patamar do naturalizado, uma vez que portugueses equiparados não poderão ocupar cargos privativos de brasileiros natos, por exemplo.

Para finalizar, fique com a literalidade:

*Art. 12, § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.*

**Gabarito: Letra E.**

<sup>2</sup> RE 264.848-5 / TO. Rel. Min. Carlos Ayres Britto. Julgamento em 29.06.2005.



4) Alyson, estudante norte-americana nascida em Chicago, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro em 2000 para morar com Inácio, com quem se casou. No início de 2017, Alyson adquiriu a nacionalidade brasileira, por ter cumprido os requisitos para tanto. Nesse caso, tratando-se de naturalização derivada, Alyson poderá ocupar o seguinte cargo público:

- (A) Diplomata.
- (B) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Oficial das Forças Armadas.
- (D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Ministro de Estado da Defesa.

### Comentários

O § 3º, do art. 12, da Constituição Federal, estabelece os cargos que somente os brasileiros natos podem ocupar:

Letra A - incorreta. O cargo de Diplomata é privativo de brasileiro nato.

- *Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*  
*(...)*  
*V - da carreira diplomática;*  
*(...)*

Letra B - incorreta. O cargo de Presidente da Câmara dos Deputados é privativo de brasileiro nato.

- Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*  
*(...)*  
*II - de Presidente da Câmara dos Deputados;*  
*(...)*

Letra C - incorreta. O cargo de Oficial das Forças Armadas deve ser ocupado apenas por brasileiros natos.

- Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*  
*(...)*



*VI - de oficial das Forças Armadas;*

*(...)*

Letra D - correta. O cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça não é privativo de brasileiro nato, podendo ser ocupado pelos brasileiros naturalizados, como no caso de Alyson.

*Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*

*I - de Presidente e Vice-Presidente da República;*

*II - de Presidente da Câmara dos Deputados;*

*III - de Presidente do Senado Federal;*

*IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;*

*V - da carreira diplomática;*

*VI - de oficial das Forças Armadas;*

*VII - de Ministro de Estado da Defesa.*

Letra E - incorreta. O cargo de Ministro de Estado da Defesa é privativo de brasileiro nato.

*Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*

*(...)*

*VII - de Ministro de Estado da Defesa.*

**Gabarito: Letra D**

**5) Considere as seguintes situações hipotéticas:**

**I - George, norte-americano naturalizado brasileiro, com 35 anos de idade.**

**II - Ruth, brasileira nata, com 27 anos de idade.**

**III – Maria Clara, brasileira nata, com 30 anos de idade.**

**IV - Roberto, brasileiro naturalizado, com 45 anos de idade.**

**Conforme a Constituição Federal de 1988, se estiverem presentes os demais requisitos legais, poderão ocupar o cargo de Senador**



- (A) apenas Ruth, Maria Clara e Roberto.
- (B) George, Ruth, Maria Clara e Roberto.
- (C) apenas Maria Clara.
- (D) apenas George e Roberto.
- (E) apenas Roberto.

### Comentários

As exigências a respeito da nacionalidade e da idade necessárias para ocupar uma vaga no Senado Federal estão previstas no art. 12, § 3º, e art. 14, § 3º, incisos I e VI, alínea "a", ambos da CF/88:

*Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*

*(...)*

*III - de Presidente do Senado Federal;*

*(...)*

*Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:*

*I - a nacionalidade brasileira;*

*(...)*

*VI - a idade mínima de:*

*a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;*

Assim, para ocupar o cargo de **Senador**, o candidato deve ser brasileiro, nato ou naturalizado, e ter, no mínimo, 35 anos.

**Gabarito: Letra D**

### 6) Quanto à nacionalidade, analise as seguintes assertivas:

**I - Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na legislação.**

**II - São privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa**

**III - São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacional.**



- a) Apenas a assertiva I esta incorreta
- b) Apenas a assertiva II está incorreta
- c) Apenas a assertiva III está correta
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Nenhuma assertiva está incorreta.

### Comentários

Item I – incorreto. Conforme o art. 12, § 1º, da CF, apenas o texto constitucional pode trazer ressalvas ao dispositivo e não a legislação como, erroneamente, afirmou a assertiva.

*Art. 12, § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.*

Item II – correto. Conforme o art. 12, § 3º, V, VI e VII, da CF/88:

*Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:*

*I - de Presidente e Vice-Presidente da República;*

*II - de Presidente da Câmara dos Deputados;*

*III - de Presidente do Senado Federal;*

*IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;*

*V - da carreira diplomática;*

*VI - de oficial das Forças Armadas.*

*VII - de Ministro de Estado da Defesa.*

Item III – correto. Conforme o art. 13, § 1º, da CF/88, disposto abaixo:

*Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.*

*§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.*

**Gabarito: Letra A.**

...





Forte abraço!

## Túlio Lages



[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)

[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.